

Quinta-Feira, 04 de Junho de 2026

## **PF prevê concluir em novembro inquérito sobre Bolsonaro e tentativa de golpe**

**8 DE JANEIRO**

**g1**

A [Polícia Federal](#) prevê concluir no início de novembro a investigação sobre a participação do ex-presidente Jair Bolsonaro e de aliados em uma tentativa de golpe de Estado que culminou com os ataques de 8 de janeiro de 2023.

O relatório final da PF deve apresentar novas mensagens encontradas em aparelhos eletrônicos pessoais de investigados.

Na avaliação de policiais, esse material confirma e reforça o envolvimento do ex-presidente na elaboração de uma [minuta golpista discutida em reuniões realizadas no Palácio da Alvorada](#) após a eleição de 2022, quando Bolsonaro saiu derrotado das urnas.

Depoimentos à PF revelaram reuniões entre autoridades para uma tentativa de golpe de Estado no Brasil.

O relatório da PF vai encerrar o inquérito das milícias digitais, que já gerou outros dois relatórios com indiciamentos: um sobre a falsificação de cartões de vacinação e outro sobre desvios de presentes dados por autoridades estrangeiras no governo Bolsonaro, como as [joias da Arábia Saudita](#).

A terceira parte, a da tentativa de golpe de Estado, demorou mais, segundo uma fonte a par da investigação, porque foi necessário cruzar os dados com os de outro inquérito que corre em paralelo na PF, o que apura arapongagem ilegal na Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

As investigações sobre a Abin apontaram que agentes públicos usaram a agência para espionar adversários de Bolsonaro com o objetivo de criar e espalhar fake news. Essas notícias falsas são um ponto de intersecção entre os dois casos: Abin e milícias digitais.

A conclusão das investigações demorou mais que o esperado também porque a PF teve que aguardar a perícia extrair as mensagens dos celulares e computadores apreendidos nas operações de busca já realizadas. Alguns suspeitos não entregaram as senhas dos equipamentos, o que atrasou os trabalhos.

### **Andamento na PGR**

As duas partes do inquérito das milícias digitais já finalizadas pela PF, joias e vacina, estão em análise na Procuradoria-Geral da República (PGR) desde julho deste ano.

No caso da falsificação dos cartões de vacinação, a PF havia apresentado um primeiro relatório em março, mas a PGR pediu informações complementares, que já foram entregues.

A partir do relatório com os indiciamentos, a PGR pode pedir à polícia novas diligências, arquivar o inquérito ou apresentar denúncia ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A PGR ainda não se pronunciou sobre as investigações das joias e da falsificação dos cartões de vacinação porque aguarda a parte final do inquérito, sobre a tentativa de golpe.



**Colar pertencente ao kit de joias femininas dado ao governo Bolsonaro pela Arábia Saudita — Foto: Reprodução/Fantástico**

O procurador-geral, Paulo Gonet, tem dito a interlocutores que uma eventual denúncia contra o ex-presidente precisa ser robusta. Por isso, o órgão deve analisar em conjunto todas as provas reunidas pelo inquérito das milícias digitais antes de se manifestar.

É provável que haja uma única denúncia ao STF, ligando todas as pontas do inquérito: a falsificação dos cartões de vacinação contra Covid serviria para Bolsonaro e aliados entrarem nos EUA, enquanto a venda das joias serviria para levantar recursos para o então presidente esperar no exterior a concretização do golpe de Estado.

De acordo com a PF, tudo feito por um mesmo núcleo de pessoas investigadas, o que configuraria uma organização criminosa.